



HAL
open science

“A Academia Portuguesa da História durante o Estado Novo (1937-1974)

Christophe Araujo

► **To cite this version:**

Christophe Araujo. “A Academia Portuguesa da História durante o Estado Novo (1937-1974): De uma recriação política a uma difícil existência como instituição autónoma”. *Revista de história das ideias*, 2021, 39, pp.119-140. 10.14195/2183-8925_39_5 . hal-04281466

HAL Id: hal-04281466

<https://hal.science/hal-04281466>

Submitted on 2 Feb 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

**A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA DURANTE O
ESTADO NOVO (1937-1974): DE UMA RECRIAÇÃO POLÍTICA A
UMA DIFÍCIL EXISTÊNCIA COMO INSTITUIÇÃO AUTÓNOMA⁽¹⁾**
**THE PORTUGUESE ACADEMY OF HISTORY DURING THE
ESTADO NOVO (1937-1974): FROM A POLITICAL RECREATION
TO A LABORIOUS EXISTENCE AS AN INDEPENDENT
INSTITUTION**

CHRISTOPHE ARAÚJO
Universidade CY Cergy Paris (França)
christophe.araujo@hotmail.fr
<https://orcid.org/0000-0003-0630-3427>

Texto recebido em / Text submitted on: 14/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/12/2020

Resumo:

O ensejo deste artigo é mostrar como o poder político ditatorial do Estado Novo institucionalizou um tipo de discurso historiográfico próximo do seu

(1) Gostaria de agradecer ao Professor Doutor Sérgio Campos Matos pelo convite para contribuir nesta revista e pela sua confiança contínua, desde que o conheci quando iniciei a minha tese de doutoramento. Votos de continuação nesta dinâmica! Agradeço à Matilde Barahona de Castro Mendes e à Alexandra Marques pelas revisões e tentativas de caça aos meus galicismos: obrigadíssimo! Também quero agradecer aos revisores pelas propostas e correções apontadas, que me ajudaram bastante, tanto do ponto de vista formal como pelas suas sugestões. Igualmente, um destacado abraço para Margo Bernelin e Claire Schlumberger, por tornar o resumo em algo que se assemelha ao inglês: *merci à toutes les deux!*

ideário, através da regeneração de uma defunta academia voltada para a história, desaparecida durante a época moderna. A criação da Academia Portuguesa da História, num momento de estabilização e de reforço dos alicerces do regime autoritário, inscreve-se numa dinâmica de concordância de uma grande parte dos historiadores na matriz conservadora do Estado Novo. Apoderando-se desta remota história institucional, o núcleo de fundadores da instituição, a convite do governo, seguiu entusiasta a linha traçada por ele. Mas rapidamente, a conquista de uma relativa autonomia desta instituição patenteou certas dificuldades, que se multiplicaram ao longo das décadas, devido a um pontual interesse por parte do governo que outrora a criou, provocando um desnorreamento na Academia Portuguesa da História.

Palavras-chaves:

Estado Novo; poder ditatorial; academia; instituição pública; autonomia.

Abstract:

The purpose of this article is to show how the New State's dictatorial power institutionalized a type of historiographic discourse close to its ideology, through the regeneration of the former Academy focused on History, which had disappeared during the Modern Era. The creation of the Portuguese Academy of History, at a time of stabilization and strengthening of the authoritarian regime's foundations, reveals the proximity between the scientific community and the New State's conservative matrix. Taking ownership of this distant institutional history, the Academy's nucleus founders enthusiastically followed the line drawn by the Government. However, the conquest by the Academicians of a relative autonomy generated difficulties, which multiplied over the decades, due to a dashed interest from the very same Government that had created it, causing disarray in the Academy.

Keywords:

New State; dictatorial power; Academy; public institution; autonomy.

A palavra academia faz referência ao olival consagrado ao herói mítico Akadêmos, situado fora das muralhas de Atenas, que Platão comprou em 387 a.C e onde abriu a sua escola para lecionar. O Humanismo renascentista florentino, sedento de referências antigas e de textos de Platão, decidiu homenageá-lo ao criar uma *Accademia*

Platonica em 1459 (Michaux 2007). Deixando rapidamente a referência ao ideário platónico do século XV, o termo de academia é utilizado no resto da época moderna «para designar uma assembleia científica, literária ou artística» (Knabe 2000). Estas assembleias de cultos receberam rapidamente e sistematicamente o apoio financeiro dos poderes: já a academia florentina evocada, a primeira do género, obteve o patrocínio e apoio do principal dirigente da cidade, Cosme de Médicis. O auge das criações de academias reais atinge-se entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Durante este período, as diferentes experiências académicas foram sempre apadrinhadas pelos reis e rainhas da Europa: cada reino queria ter e desenvolver uma academia como os outros. Em França, Luís XIII outorgou o nascimento da Academia Francesa (Carrère d'Encausse 2011) e Luís XIV multiplicou as academias durante o seu reinado. Carlos II, concedeu a criação em Londres da *Royal Society* criada em 1658 e Pedro I criou em São Petersburgo a Academia Imperial das Ciências em 1725. A Península Ibérica não escapou a esse movimento: a Real Academia Espanhola nasceu oficialmente com a cédula do rei Felipe V e poucos anos depois foi reconhecida pelo mesmo rei uma *Real Academia de la Historia* em 1738. Em Portugal contamos em primeiro lugar com uma academia voltada para a história: a Academia Real da História Portuguesa reconhecida pelo rei D. João V em 1720. A sua atividade foi crescendo, mas rapidamente perdeu o seu vigor, desaparecendo em 1776 por falta de atividade (Mendonça s.d.). Pouco tempo depois dessa extinção, foi criada por D. Maria I em 1779 a Academia Real das Ciências, cujo aparecimento é um pouco tardio em comparação com as outras academias do iluminismo europeu. A sua atividade permaneceu até hoje. A Academia das Belas Artes de Lisboa, criada em outubro de 1836 por D. Maria II completou a paisagem académica de Portugal.

Criar uma academia é, portanto, um ato de interesse científico, mas também político na medida em que se inscreve quer numa impulsão ativa do poder, quer num grupo de sábios que espera o reconhecimento régio para existir oficialmente. Assim, sem financiamento privado, era o poder que permitia – e permite – o funcionamento de uma instituição cujo carácter público foi reconhecido, atribuindo-lhe verbas para a sua viabilidade. A Ditadura Nacional e depois o Estado Novo mostraram uma apetência em alargar o quadro académico português: além da Academia das Ciências de Lisboa vigente, o poder ditatorial decidiu regenerar a

Academia Nacional das Belas Artes em 1932⁽²⁾ e a Academia Real da História Portuguesa em 1936, cujo nome é alterado para Academia Portuguesa da História⁽³⁾. Essas criações acadêmicas acrescentavam-se às Universidades, completando um campo intelectual⁽⁴⁾ português que era cada vez mais controlado pelo poder (Torgal 1999; Matos 2013). Este artigo propõe debruçar-se sobre a natureza da relação entre o Estado Novo e a Academia Portuguesa da História, da criação da Academia⁽⁵⁾ em 1936 até à queda do regime ditatorial em 1974.

Focar-me-ei sobretudo na vida institucional desta Academia, não tanto sobre a sua grande produção intelectual, já que um recente estudo de António Silva Rêgo se focou neste aspeto (Rêgo s.d.). Os estudos sobre esta instituição são pouco extensos (Torgal 1998: 283-291; Mendonça s.d.). A fim de vislumbrar o desenvolvimento da Academia ao longo deste período de quase quatro décadas, dispomos da documentação publicada pela instituição, constituída pelos *Boletins* e *Anais*, mas também dos processos individuais dos académicos, disponibilizados após a morte do académico. Mas para responder à nossa problemática focada na vida da referida instituição e tendo em conta o limite de caracteres, analisarei nesta contribuição apenas os boletins⁽⁶⁾. Eles contêm o relatório das atas do Conselho Académico, que reúne os dirigentes da

(2) Não teremos aqui a oportunidade de desenvolver esta outra regeneração académica durante a Ditadura Nacional pelo decreto-lei n.º 20 977 de 5 de Março de 1932: a sua história ainda fica para aprofundar.

(3) Além do desaparecimento do adjetivo «real», que na situação política do Estado Novo não era adequado, observamos também que o adjetivo «portuguesa» passou antes de «história». Poderíamos supor que esta inversão salienta, de certa forma, uma prioridade dada à nação antes da ciência. Pelo menos é a impressão que nos dá.

(4) Uso o conceito de campo intelectual no sentido conferido por Pierre Bourdieu que o aplicou a vários setores além do intelectual (Bourdieu 1966). Mesmo se durante a sua intensa produção ao longo das décadas, ele deu várias definições, Paul Dirks, bom conhecedor da obra de Bourdieu, propõe que campo «refere-se a qualquer parte do espaço social que tenha adquirido um grau de autonomia suficiente para reproduzir a crença na validade do seu princípio fundador» ou seja que perante os outros campos da vida, religioso, político, social, económico, o campo intelectual tem os seus próprios critérios que o individualizam (Dirks, sem data).

(5) Daqui por diante, o uso do termo Academia, com maiúscula, refere-se à Academia Portuguesa da História.

(6) Os boletins são publicados anualmente, tirando os dois primeiros anos, 1937 e 1938, que estão no mesmo volume, reunindo o número 1 e 2. Para evitar uma multiplicação dos parêntesis no artigo, quando fizer referências a uma data, são dados contidos no boletim do mesmo ano. Exemplo: a data do 28 de abril de 1941 está no Boletim do ano 1941, publicado em 1942.

Academia, assim como as atas das sessões académicas, tanto ordinárias como extraordinárias. De facto, o objetivo é sobretudo pensar a Academia como uma instituição que pretende formar um grupo social e intelectual, o que me leva a afastar a produção individual contida nos anais e nos processos. Seguiremos, no entanto, uma perspetiva cronológica, da génese até à ruína do regime ditatorial, para esclarecer a íntima relação entre a Academia e o Estado Novo.

Uma criação incentivada por um poder ditatorial em fortalecimento (1936-1937)

Por que motivos o poder político português decidiu regenerar uma instituição desaparecida cento e cinquenta anos antes? Desde o golpe do 28 de maio de 1926, que tinha provocado o abalo da República, a estabilidade política só se tornou evidente na viragem de 1932, quando o Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar recebeu o cargo de Presidente do Ministério⁽⁷⁾ (Rosas 2020: 71-139). Oliveira Salazar lançou a sua reforma constitucional, esvaziando os vestígios republicanos e fez votar em plebiscito a nova constituição do Estado Novo em 1933. A partir daí, várias reformas reforçaram o controlo policial da população com a criação da polícia política em 1933 (Ribeiro 1995). No domínio da cultura, há uma aceleração das reformas com a nomeação de António Carneiro Pacheco para o cargo de ministro. De facto, a mesma lei n.º 1 941 de 11 de abril de 1936, transforma o Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional, fomenta a criação de uma instituição de enquadramento da juventude denominada Mocidade Portuguesa e dá, com força de lei, as bases da transformação da Junta de Educação Nacional em Junta Nacional de Educação (Lopes 2018). Na mesma lei, apura-se o seu apego à história com a imposição, na base X do texto, de «um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia». Ao evitar a multiplicação das edições escolares, o trabalho dos censores era facilitado e o controle mais fácil. Essa atenção à história é confirmada com o decreto-lei n.º 26 611 de 19 de maio de 1936 que dá o impulso à génese da Academia Portuguesa da História. Assim, no título V, artigo 39, é projetado:

(7) Cargo que conservou até 1968, mas com o título de Presidente do Conselho de Ministros a partir de 1933, quando a constituição do Estado Novo entrou em vigor.

Sob a égide do Chefe do Estado, é fundada, junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Academia Portuguesa da História, agremiação especializada dos eruditos que se entreguem à investigação e reconstituição crítica do passado, a qual terá como primeiros objectivos estimular e coordenar os esforços revisionistas para a reintegração da verdade histórica e enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal⁽⁸⁾.

Passado um ano, o decreto n° 27 913 de 31 de julho de 1937 dá estatutos à Academia e esclarece mais nitidamente o objetivo da instituição através do primeiro e terceiro artículo do artigo 2:

1° Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e rectificação da história nacional, no sentido superior da contribuição portuguesa para o progresso da civilização bem como enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal. [...] 3° Organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do Govêrno, os processos referentes a problemas históricos sôbre os quais haja divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interêsse nacional.

Já nestes dois decretos, podemos observar a inflexão que o poder ditatorial quer dar à produção historiográfica da Academia recém-nascida: a procura de uma «verdade», como evocada no decreto-lei de 1936, à qual é acrescentado o adjetivo histórica, e somente o conceito de verdade, mas «no interesse nacional» no decreto de 1937. A «profissão de historiador» (Bloch 1949) supõe uma tentativa de imparcialidade e de procura da verdade, mas há na verdade conceitualizada pelo governo do Estado Novo um desvio na medida em que o interesse nacional parece ser superior. Noutro aspeto, reparamos que em escassos meses entre os decretos, passámos de «esforços revisionistas», à busca de uma «revisão e rectificação da história nacional». É, no entanto, preciso inserir a escrita da história no caminho traçado pelo poder e incumbe à Academia este objetivo de junção entre a produção historiográfica e a ideologia do regime.

Também temos que salientar essa dupla menção dos «inauferíveis direitos de Portugal» em ambos os decretos. Aplica-se à necessária defesa, aos olhos do governo, do Império português, que já tinha sido ameaçado

(8) Nas citações, respeitei a ortografia utilizada pelos autores.

no final do século XIX, mas também durante a Primeira Guerra Mundial. É nesta dinâmica de defesa do Império que podemos perceber o artigo quarto do decreto de 1937: «publicar, em línguas portuguesas e estrangeiras, obras de consulta que facilitem o seguro conhecimento de tudo o que se relacione com a expansão civilizadora de Portugal no mundo». Ao comprovar historicamente a posse dos territórios, o governo português quer dispor de documentação certificando a sua plena soberania. Procura-se também no terceiro artigo apresentando os fins da Academia delimitados nos estatutos, apaziguar as divergências de interpretação histórica: o ensejo é de encontrar uma união nacional, ou pelo menos um consenso, acerca da História de Portugal, mas por outro lado, mais proveitoso para o poder político, apagar as divergências. Este mesmo artigo 3 do decreto de 31 de julho de 1937 inicia-se da seguinte forma: «organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do Governo». Só podemos, então, insistir sobre o papel diretivo que o governo pretende exercer sobre a Academia, nesta procura de uma concordância nacional, ao inscrever-se na matriz conservadora, católica e patriótica do regime.

O firme controle do poder sobre a Academia é claro quando vemos no decreto que aprova os estatutos que é o Ministro da Educação Nacional que nomeia os diferentes cargos da Academia. O artigo 5 dos estatutos estipula que o presidente, os dois vice-presidentes, o secretário geral e vice-secretário geral, tanto como o censor e revisor paleográfico, constituem o Conselho da Academia e são nomeados pelo Ministro da Educação Nacional. O governo tem também a faculdade de vigiar quem obtém o grau de académico titular de acordo com o artigo 6, pois a designação «só se tornará efectiva depois de publicado no *Diário de Governo*, com autorização do Ministro da Educação Nacional». O parecer do ministro é, a todos os graus, imprescindível.

A Academia Portuguesa da História está intimamente ligada ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nos estatutos da Academia, é referido que um dos vice-presidentes da Academia deve ser o diretor do Arquivo Nacional, segundo o artigo único do artigo 5º, mas também partilha a mesma secretária segundo o artigo 23. O elemento que justifica esta ligação, além dos arquivos serem os principais consultados pelos historiadores que compõem a Academia, explica-se meramente pela proximidade geográfica. A sede da Academia Portuguesa da História era no Palácio de São Bento, onde os Arquivos Nacionais estavam. Acrescentaremos que era também a residência do Presidente do

Conselho e lugar de reunião da Assembleia nacional – do que sobrava do parlamentarismo – apontando mais uma vez a ligação da Academia com o poder político, aqui espacial.

O veloz arranque da Academia Portuguesa da História (1937-1940)

Depois do impulso decisivo do governo, restava aos académicos nomeados pelo governo dar início aos seus trabalhos e principiar a vida desta instituição. Os estatutos fixavam as reuniões quinzenalmente. O primeiro Boletim, que reúne os anos 1937 e 1938, testemunha a escrupulosa aplicação pela comissão instaladora dos estatutos. Ao consultar o primeiro Boletim, salientarei a presença, logo depois da página de rosto, de uma gravura realizada por Jaime Martins Barata, um dos artistas que se fez conhecer sobretudo durante a Exposição do Mundo Português, mas que produziu muito para o regime ditatorial. Esta gravura merece uma descrição: dois anjos seguram um estandarte onde está escrito «Academia Portuguesa da História». Por baixo, vemos dois pilares, um da Real Academia da História Portuguesa, no qual reparamos na base o retrato de D. João V, e no topo uma medalha desta instituição; no outro pilar vemos os dois versos da medalha da Academia Portuguesa da História. Em cada pilar temos a data de criação da instituição. Estes dois pilares são dominados por um brasão de Portugal, e vemos também perto das medalhas, dois cornos da abundância. As duas academias parecem desta forma segurar o edifício da História e salienta-se a ideia da continuação da Academia ao regenerar a instituição. Aparece no meio uma mulher que está a escrever com uma pena, segurando numa mão uma balança. Tem ao lado uma espada, uma âncora de navio, uma corrente quebrada e atrás as ameias de um castelo e uma cruz. Temos assim todo um imaginário acerca da história de Portugal vista por um artista próximo do poder: evocam-se a cristandade, a defesa do país contra os ataques estrangeiros com o castelo e a espada, a âncora insiste na expansão marítima portuguesa, a corrente quebrada simboliza a libertação, ou dos espanhóis ou dos árabes.

Poucas páginas depois temos duas fotografias, cada uma protegida por uma fina folha. A primeira é do Presidente da República, Óscar Carmona, com esta legenda: «O chefe do Estado que promulgou o decreto-lei n.º 26.611, de 19 de Maio de 1936, fundando a Academia

Portuguesa da História, Primeiro Presidente de Honra da mesma Instituição Científica» e duas páginas depois, uma fotografia de António de Oliveira Salazar com esta legenda: «Professor Doutor António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros que, sob o n.º 26.611 decretou em 19 de Maio de 1936, a Fundação da Academia Portuguesa da História». É preciso ir um pouco mais longe, entre as páginas 32 e 33, para ver uma fotografia de António Carneiro Pacheco com a menção «*Professor* Doutor António Faria Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional que elaborou o decreto n.º 26.611, de 19 de maio de 1936, fundando a Academia Portuguesa da História». Ao homenagear essas figuras políticas, o vínculo com o poder é, logo nas primeiras páginas, mais uma vez nítido. Encontramos também uma fotografia do Presidente da Academia, António Ribeiro de Vasconcelos. São listados depois os nomes dos académicos titulares, com a menção da portaria que os nomeou, também com a referência ao *Diário do Governo* onde se pode encontrar, tanto os académicos portugueses como os brasileiros⁽⁹⁾.

Já instalada, a Academia vê no início do ano de 1938 uma grande tarefa para cumprir: participar nos centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade propostos por António de Oliveira Salazar. Já na sua sessão de 29 de março de 1938, o Presidente da Academia, manda uma carta a António de Oliveira Salazar:

Felicitó V. Ex^a pela luminosíssima ideia da patriótica celebração solene do centenário da fundação e restauração de Portugal no próximo biénio de 1939-1940, ambos os factos fundidos num mesmo significado da independência nacional. O programa esboçado é grandioso e oportuníssimo, devendo todos os portugueses estreitar fileiras junto do Govêrno, cooperando, por tôdas as formas, eficazmente, nesta nova obra vital do Estado Novo. Certíssimo que interpreto o pensar e a vontade dos meus colegas da Academia Portuguesa da História, ousando apresentar a V.Ex^a as suas congratulações e bons desejos de cooperação, particularmente nas publicações históricas a que alude o programa.

Ponderamos o entusiasmo do Presidente da Academia ao participar nas comemorações propostas pelo Presidente do Conselho de Ministros.

(9) A Academia conta com 30 Académicos titulares portugueses e 10 brasileiros (Mendonça s.d.).

Na mesma sessão, o Conselho Académico pensa na publicação de documentos diplomáticos e iconográficos que possa ser proposta aos académicos. Estas comemorações também se traduziram em grandes despesas a fim de publicar os documentos das comemorações: enquanto os orçamentos para o funcionamento do ano de 1937 eram de 64.000 escudos, inicialmente os de 1938 eram do mesmo valor, mas às despesas são acrescentadas verbas extraordinárias de 150.000 escudos para publicações. Sempre desejosa de estar em sintonia com o poder, um programa de edições é enviado pela Academia ao Presidente do Conselho de Ministros que concordou e autorizou a sua aplicação. A Academia viu nesta oportunidade, uma maneira de «princípios a sua acção com uma série de obras de apreciado valor» e o Presidente mandou então uma carta a todos os académicos para eles contribuírem. Os académicos levaram a sério o trabalho, e alguns até ficaram preocupados com a falta de tempo para recolher uma documentação a nível internacional e dispor do tempo para publicação. Assim, durante a sessão extraordinária de 4 de abril de 1938, o Dr. Manuel Múrias mostra-se muito preocupado e observa «Até 1940 não poderemos sequer seleccionar tudo o que existe», enquanto o Dr. Silva Carvalho acrescenta na mesma sessão:

É urgente e de grande conveniência encarregar académicos de irem colher elementos a Simancas, a Sevilha (Arquivo das Índias e Colombino), a Paris (Biblioteca Nacional, Biblioteca de Sainte-Geneviève e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros), a Roma, a Londres (British Museum), para conseguirem as foto-cópias de todos os documentos que nos interessem.

Reparamos então que os académicos titulares tiveram rapidamente projetos ambiciosos para realizar uma coletânea que fosse exaustiva, usando as inovações tecnológicas como as fotocópias para ajudar na recolha da documentação acerca de 1640.

Atenta à atualidade, a ligação da Academia com a ideologia do regime é múltiplas vezes evocada nesses primeiros boletins. Na sessão de 1 de março de 1939, com um texto apresentado pelos académicos Alfredo Pimenta e Manuel Múrias, é submetido ao voto uma carta para enviar ao núncio apostólico, realçando o profundo catolicismo dos académicos:

A Academia Portuguesa da História, não podendo e não devendo esquecer que pertence a uma Nação tradicionalmente e realmente católica, afirma o seu profundo pesar pela morte do Pontífice Pio XI, que, além

de Chefe Supremo da Igreja Católica, foi erudito de reconhecido valor, como historiador, bibliotecário e paleógrafo.

Mais curioso, a atualidade também pode ser vista de uma perspetiva histórica. Assim, António Baião, durante a sessão ordinária de 29 de março de 1939, faz uma declaração acerca da vitória franquista durante a guerra civil. Sem regozijo acerca da vitória do campo mais próximo ideologicamente do Estado Novo, o evento é evocado desta forma:

Ainda o Senhor Dr. António Baião, referindo-se ao têrmo da guerra civil em Espanha, se congratulou com tal facto, que vem trazer aos historiógrafos, um ambiente propício para o trabalho e, para as espécies, fontes da História, uma garantia da sua conservação. A propósito recordou que nos arquivos espanhóis se encontravam notáveis mananciais, alguns dos quais, como os da Galiza, só recentemente começaram a ser explorados e que, sendo a nossa história interdependente da espanhola, qualquer destruição nos arquivos espanhóis se reflecte lamentavelmente no campo da nossa investigação histórica.

Ao felicitar-se da não destruição de documentos que podem ter interesse para a história de Portugal, os académicos mostram-se pragmáticos em observar os assuntos de política estrangeira apenas pelas consequências para o trabalho académico.

Os Académicos nunca perdem a oportunidade de evocar nos boletins a proximidade com o poder. Assim no Boletim de 1940, durante a sessão de 4 de setembro de 1940, o Presidente da Academia dá conta «da satisfação manifestada por Sua Excelência o Presidente da República ao receber os primeiros três volumes publicados pela Academia Portuguesa da História e a medalha comemorativa da sua fundação», evocando também «tanto como à forma excepcionalmente significativa como o Senhor Presidente do Conselho de Ministros recebeu exemplares dos mesmos volumes e da sobredita medalha» e «igualmente o Senhor Ministro da Educação Nacional teve palavras de muito louvor para a actividade da Academia». Assim, os dois presidentes de honra e o ministro tutelar são referidos com bastante apreço, sobretudo para realçar o trabalho efetuado pelos Académicos.

Este breve período inicial da vida académica, acelerado com o encargo oficial das grandes comemorações do duplo centenário incentivada pelo poder, deram luz a um feliz renascimento da Academia. Veremos que podemos assemelhá-lo a uma idade de ouro da instituição e da sua relação em simbiose com o regime.

À conquista da autonomia (1940-1945)

Após este dealbar decisivo e feliz da jovem Academia, a instituição segue o seu curso em completa sintonia com o poder político. No decorrer da vida académica, entre as apresentações que se sucedem, as sessões são então pontuadas por elogios aos membros do governo. É o caso quando, durante o Conselho Académico de 28 de abril de 1941, o título de Presidente honorário é dado a António de Oliveira Salazar, apontando o Conselho: «Congratularam-se os membros do Conselho por a Academia contar como Presidente Honorário o homem mais notável de Portugal, na atualidade, cuja fama e prestígio já passaram as fronteiras de muitos países». Como se ter apenas o Presidente da República, Óscar Carmona, como presidente honorário ensombrasse o Presidente do Conselho, cujo papel no regime era fulcral. Quando assuntos políticos tocam Portugal, os Académicos apressam-se em acompanhar e felicitar os passos decisivos. Assim, em 1942, o Conselho Académico de 22 de julho de 1942 assinala a reintegração de duas províncias de Moçambique em administração direta, porque eram concessões sob a jurisdição da Companhia de Moçambique, e acrescentam: «Saúda na pessoa do seu insigne Presidente, o Senhor Professor António de Oliveira Salazar, o Governo da Nação, cuja obra de ressurgimento nacional tornou possível esta reintegração». Cada oportunidade é boa para enaltecer a figura do Presidente do Conselho.

Os membros da Academia também usufruíam da proximidade com o poder. Assim, o Conselho Académico de 28 de abril de 1941 aponta que o Académico José Caeiro da Mata é nomeado «Ministro Plenipotenciário em França, junto do Governo de Vichy, desejando-lhe muito boa viagem e todas as facilidades no desempenho do seu elevado cargo». É notório que certos académicos eram figuras de relevo do Estado Novo e esta promoção de José Caeiro da Mata é um exemplo. O percurso de José Caeiro da Mata é perceptível nos boletins destes anos: cada passo importante para a sua carreira é relatado. Tal como quando recebe a distinção de doutor *honoris causa* pela universidade de Toulouse em 1941, na zona livre do Governo de Vichy, recém-chegado ao seu novo cargo. Também no Boletim de 1944, o Conselho Académico presta-lhe homenagem quando regressa de França – na altura em que o Governo de Vichy deixa a França para refugiar-se em Sigmaringen – e obtém a pasta de Ministro da Educação

Nacional. Mas esta proximidade ultrapassa os membros do governo e toca também certas estruturas criadas pelo Estado Novo, ainda que algumas dessas ligações sejam infrutuosas, como quando o diretor-adjunto bibliotecário da Legião Portuguesa pede à Academia o envio de livros publicados, «pedido que não se pôde satisfazer».

Paralelamente, abre-se a partir da década de 1940, um período de reclamações formuladas por certos académicos, quebrando paulatinamente a comunhão inicial que existia entre os membros da Academia e o governo. A partir do ano de 1944, a Academia dá impressão de procurar, de uma certa forma, uma autonomia. A Sessão do Conselho Académico do 9 de outubro de 1944 representa de facto uma notável inflexão. Primeiro, pondera-se «dar à Academia o direito de eleger os seus membros, sem necessidade de homologação ministerial» como o prometeu o Ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata. Esta procura de uma maior autonomia, ao constatar que os académicos são todos próximos e com certeza enquadrados na ideologia do poder, não parece ser motivo de qualquer receio pelo poder. Assim, certos académicos podiam ver na nomeação de um dos seus pares como Ministro da Educação Nacional uma oportunidade a não perder. Além deste aspeto, faz-se referência no mesmo Conselho Académico e pelo próprio ministro, à procura de uma sede própria. Assim, Caeiro da Mata «já tinha indicação de alguns edifícios, que não lhe agradavam muito, pelo que continuaria a ocupar-se do assunto». Assim, vemos no mesmo conselho que a procura de uma relativa autonomia se manifesta tanto na alteração dos seus estatutos como no lugar da sua sede, que simbolicamente quer afastar-se do Palácio de São Bento.

É claro que esta procura de instalações será por motivos de falta de espaço em São Bento, mas será também para identificar melhor a Academia Portuguesa da História no campo intelectual português, o que um espaço próprio facilitaria. Mas, ao mesmo tempo, é evocativa de uma procura de liberdade limitada. Outras reclamações são mais práticas: pedem-se neste mesmo Conselho Académico uma melhoria do material à disposição na Academia. Machado de Faria assinala a necessidade de comprar uma nova máquina fotográfica, pois o aparelho fotográfico “Photostat”, adquirido pela Academia, nos seus princípios, para aproveitamento de verba, «não satisfazia as necessidades» e é sugerido «obter autorização de Direcção Geral da Fazenda Pública para trocar este aparelho por uma máquina fotográfica “Leica” e respectiva

aparelhagem que seja precisa aos trabalhos de fotografia, reprodução e ampliação». Esta vontade patenteia um desejo de ganhar conforto para trabalhar, não se limitando ao que tinham.

Esta manifesta abertura para ganhar autonomia tornou-se realidade com a portaria nº 10 932 de 16 de abril de 1945, quando o Ministro da Educação Nacional validou a modificação dos estatutos da Academia. A partir desta data, a nomeação dos académicos (artigo 4), aos quais são atribuídos números entre as quarenta vagas disponíveis (artigo 2), é feita por proposição de três académicos e validada pelo Conselho Académico. Até o Conselho Académico é nomeado através de um voto pelos académicos, de acordo com o artigo 15. O Ministro da Educação Nacional já não tem qualquer papel nestas nomeações. Podemos ponderar que esta confiança vem da presença de José Caeiro da Mata no cargo de ministro, mas também da certeza que a Academia não pode representar qualquer foco de contestação, porque como já vimos os académicos eram próximos do regime. O agradecimento da Academia a José Caeiro da Mata é evidente com a inserção no Boletim de 1945 de um texto que acompanha a sua fotografia com a menção «Ministro da Educação Nacional que remodelou os Estatutos da Academia Portuguesa da História e publicou o seu Regulamento interno» lembrando também que foi o segundo Presidente da Academia Portuguesa da História.

O período entre 1940 e 1945 foi um outro passo importante na vida da Academia Portuguesa da História. A relação com o poder distendeu-se com o ganho de uma autonomia relativa da Academia, pois não podemos esquecer que o financiamento desta instituição é sempre da responsabilidade do governo. Mas esta alteração dos estatutos tanto como os efeitos do tempo provocou uma rutura que não trouxe só benefícios para a Academia.

Orgulhosamente sós? Prestigiar a Academia apesar das dificuldades (1946-1974)

Retomo esta formulação de António de Oliveira Salazar, usada num discurso de 18 de fevereiro de 1965 para designar a política portuguesa durante a guerra colonial enquanto os outros países europeus começavam a descolonizar (Rodrigues 2001). Esta expressão corresponde de uma certa maneira ao orgulho da autonomia conquistada pelos académicos,

mas também ao relativo isolamento em que se vão encontrar no decorrer dos anos. A formulação corresponde também à realidade académica: os académicos defenderam o «orgulhosamente sós» de Portugal, apoiando a luta do poder português na guerra iniciada em 1961 em África mas já na década de 1950 com a perda dos territórios na Índia. Multiplicaram as participações nas comemorações para lembrar o peso do passado perante a velocidade do presente. Mas, ao mesmo tempo, a Academia ficou desorientada durante estas quase três décadas entre 1945-1974, não ao nível das comunicações feitas durante as sessões ordinárias e extraordinárias que seguiam o seu curso, mas no lugar que a Academia Portuguesa da História pode ocupar no campo intelectual português. Salientaremos aqui os elementos que indicam estas dificuldades vividas pela instituição pública.

Este período começa com um evento surpreendente para a Academia: a expulsão de um deles, Alfredo Pimenta. Personalidade complexa, que passou do republicanismo ao monarquismo, atraído pelas ideias de extrema-direita, Alfredo Pimenta era um homem de confiança de Salazar (Salazar 2008) e uma personalidade pouco comum. Pouco respeitoso do curso pacato de uma sessão numa academia de eruditos, entre 1937 e 1945, repete-se dezenas de vezes nos relatórios das sessões, que «antes da ordem do dia o académico Alfredo Pimenta» começa a falar. A alteração dos estatutos de 1945 tem um artigo só para ele. De facto, sentimos que o artigo 1 do artigo 24 dos novos estatutos fala indiretamente da sua maneira de se comportar. Eis o artigo: «Os académicos não inscritos na ordem da sessão não poderão fazer comunicações antes dela, mas somente tratar de assuntos de urgência depois da leitura do expediente, não lhes sendo permitido ocupar tempos superior a quinze minutos». Ao apoiar-se nesta modificação, a expulsão de Alfredo Pimenta produz-se em 1946. A pólvora explodiu com a publicação de um texto de Alfredo Pimenta que criticava abertamente este artigo. O Conselho Académico reage perante essa crítica, acrescentando na sessão de 21 de junho de 1946 que:

O mesmo académico há mais de três anos consecutivos não toma parte nos trabalhos da Academia, o que segundo o artigo 14º dos Estatutos é considerado renúncia da situação do académico, resolveu o Conselho, por unanimidade, aceitar a sua renúncia e comunicar-lhe tal facto.

Na sessão de 6 de novembro do corrente, Alfredo Pimenta é expulso por unanimidade. Alfredo Pimenta reage queixando-se tanto a António de Oliveira Salazar como levando o caso ao tribunal administrativo,

ou publicando um livro explicitamente intitulado *Para a História da Academia Portuguesa da História*. Mais uma vez, o Conselho Académico de 19 de abril de 1948 protesta contra o autor e o livro «no qual, além de falsear a verdade, insulta a Academia e os seus membros». Ao analisar o afastamento de Alfredo Pimenta, devemos salientar os danos causados à imagem da instituição e à unidade entre os académicos que prevaleciam até aqui.

A Academia, ao longo destas décadas tornou-se cada vez mais, aos olhos do poder, uma máquina comemorativa. Cada centenário era a oportunidade para publicar documentos e eram momentos em que o orçamento da Academia conhecia um aumento substancial. Logo em 1946, a convite do Ministro das Colónias, é o quinto centenário do Descobrimento da Guiné que é proposto ao Conselho Académico de 20 de fevereiro de 1946. A Academia aceita e encarrega-se «da publicação de algumas obras, tanto inéditas como impressas». Essas comemorações tocam também o curto prazo como na sessão do 29 de maio de 1946, o dia seguinte aos vinte anos do golpe de estado do 28 de maio de 1926, com uma sincera adesão:

As justas homenagens agora prestadas as Suas Excelências o Presidente da República e o Presidente do Conselho de Ministros, aos quais o País tanto deve, pela sua honesta e sábia orientação. Disse o Sr. Presidente que a Academia se associava a tais homenagens, não somente por dever cívico, mas porque Suas Excelências são Presidente de Honra desta instituição.

Ao longo das décadas, estas comemorações estão cada vez mais voltadas para a expansão portuguesa. Inserem-se na vontade do poder de reforçar a ideia que os territórios do ultramar fazem parte da história de Portugal, e são uma maneira de bloquear qualquer discurso a favor da independência das colónias. A Academia contribuiu com apego para essas celebrações, porque de certa forma acreditava também no império. No campo intelectual, a Academia apresenta-se como uma instituição tutelar sob proposição de Marcelo Caetano, no dia 3 de abril de 1951, para a «Academia marcar a sua posição de orientadora de estudos históricos se trata de apresentar à discussão dos académicos trabalhos sobre pontos controversos da história portuguesa e assuntos que interessem à ciência histórica». Essas controvérsias estavam quase sempre ligadas à expansão portuguesa e a instituição quis erguer-se como o árbitro dos debates.

Mais uma vez em 1954, é António de Oliveira Salazar que pede à Academia a preparação e a organização da comemoração do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. No entanto, no momento das comemorações henriquinas, o desfasamento entre a alta consciência dos académicos e a maneira como são tratados provoca uma queixa dos académicos. Assim, na Assembleia geral de 11 de março de 1960, José Maria Cordeira de Sousa, contrariado pelo desprestígio sentido, lamenta que:

Aos membros da Academia da História, que pela lei organizadora destas comemorações nelas tem o papel de orientadora, não fosse reservado lugar especial, como se fez para os cavaleiros da Ordem de Malta e da Ordem do Santo Sepulcro, encontrando-se os referidos académicos misturados com os vulgares convidados.

Mas mesmo contrariada, a Academia continua a apoiar o governo durante a guerra colonial e colabora em outras comemorações de figuras das conquistas como os quintos centenários do nascimento de Pedro Álvares Cabral em 1968 e de Vasco da Gama em 1969. Graças a essas comemorações, o orçamento da Academia cresce muito, mas paradoxalmente, o resto do tempo a situação económica da Academia é precária.

De facto, as dificuldades financeiras são múltiplas. Muitas vezes, o dinheiro falta como reportado no dia 8 de junho de 1954, quando houve solicitação da «Real Academia de Belas Artes e Ciências Históricas de Toledo, de ser auxiliada na vinda de alguns dos seus membros a Portugal, acompanhados de pessoas de família, o que se reconheceu não haver possibilidade de fazer». O mais nítido assunto que revela a precariedade económica é a procura de um edifício como sede da Academia. Ela viveu o que chamarei uma *translatio academici*⁽¹⁰⁾ sem fim, desde a sua sede inicial do Palácio de São Bento. Na sessão de 25 de janeiro de 1949, é uma casa que se propõe comprar na «Rua dos Navegantes, que está anunciada para venda e reúne as condições necessárias para condigno alojamento da Academia com todos os seus serviços», mas sem procedimento. Em 1950, é o «arrendamento do primeiro andar do prédio número cento e sessenta e sete da Rua da Escola Politécnica» da Champalimaud que é proposto. Mesmo se o Conselho Académico não parece muito entusiasmado, a proposta cabe no orçamento:

(10) Alterando um pouco a *translatio studii* que conheceu a Universidade portuguesa durante a Idade Média e o período moderno, com a oscilação entre Lisboa e Coimbra até que Coimbra guarda a Universidade até 1911.

«embora não satisfaça as necessidades da Academia, tem divisões que permitem a sua instalação condigna, pelo que propôs se pedisse ao Ministro da Educação Nacional autorização para o arrendar, visto que a despesa tem cabimento na verba consignada no orçamento para renda da casa». Em 1961, a Academia mostra interesse no Palácio Valmor que a Universidade Clássica está prestes a deixar, mas sem avanços. Em 1964, é o governo que quer pôr numa ala do palácio de Queluz a Academia mas os académicos recusam, e um deles até, cujo nome não é comunicado «admitiu mesmo que ela levaria à extinção da Academia», salientando as dificuldades da instituição. Em 1966, com a transferência da Biblioteca Nacional de Portugal para o Campo Grande, os Académicos esperam recuperar o prédio do convento de São Francisco da Cidade, outra vez sem sucesso. No mesmo ano, o prédio da rua da Escola Politécnica sofre de graves problemas:

O péssimo estado de conservação do prédio onde se encontra a sede da Academia sofreu recentemente maiores estragos, abatendo parte do tecto da sala das sessões, assim como de outras divisões, além de continuar a penetrar, tanto pelo telhado como pelo mau estado das canalizações do andar superior, água em abundância, a qual põe em risco a biblioteca da Instituição e não permitiu que depois do dia um de Abril a Academia se voltasse a reunir. Comunicado o facto ao Ministro da Educação Nacional, até o presente ainda não teve solução, mesmo de carácter provisório. Encontra-se, portanto, muito agravada a situação da Academia no respeitante à sua sede.

Este evento provoca a interrupção durante um ano das sessões da academia. Na Assembleia geral ordinária de 17 de novembro de 1967, o desespero dos académicos é evidente:

Quem restabeleceu – por o julgar necessário à cultura nacional – um organismo extinto no século XVIII até o presente já com ele despendeu mais de oito mil contos em publicações – em trinta e um anos de instituição restaurada – mostra bem que ela lhe não é indiferente e merece os meios despendidos.[...] Luta, todavia, com uma falta notável que se reflecte na sua vida, muito a prejudicando: a carência de edifício próprio ou de renda onde se encontra instalada com segurança, espaço necessário ao seu crescente desenvolvimento, dignidade que permita receber os seus membros estrangeiros e as delegações de outros institutos culturais, tanto do País como estranhos, sem se envergonhar, nem às Entidades que superiormente a orientam.

Os académicos acabam no mesmo texto por dizer pôr-se nas mãos do Governo. Salientamos aqui o desnorteamento dos académicos: se o poder investiu tanto dinheiro, é porque a Academia faz sentido, mas ao mesmo tempo, por que motivos é que ainda não tem uma sede? Esta manifestação de desespero ficou sem qualquer resposta. Até 1970, não há novidades, e inclusive desaba o teto de uma sala durante esse ano. A ruína do prédio é paralela ao marasmo português na guerra colonial. Assim, podemos ver que o desinteresse do governo pela Academia revela onde está o foco da atenção do governo: na guerra colonial, que concentra uma grande parte do investimento público, o que deixa de lado o resto. É neste mesmo ano de 1970 que o Palácio da Rosa é evocado como sede, mas é só em 1974 que a Academia se instala nesse espaço, ganhando estabilidade enquanto o regime está prestes a cair.

Conclusão

A Academia Portuguesa da História, desde a sua regeneração em 1936, sempre teve uma ligação íntima com o poder. Criada por vontade do governo, o vínculo com o poder foi completamente aceite e reivindicado pelos seus académicos que não perdiam nenhuma oportunidade de mostrar o seu apoio aos dirigentes portugueses. Participou rapidamente nas grandes comemorações organizadas pelo regime. Seguro que a instituição estava integrada no ideário do Estado Novo, a Academia obteve uma certa autonomia a partir de 1945. Mas a partir desse momento, a Academia encontrou-se perante uma crise de consciência entre o seu papel de relevo nas comemorações do regime, e a sua dificuldade em ir além no campo historiográfico por falta de meios. A procura contínua de uma sede, sem sucesso, é a ilustração desta precariedade para uma instituição que queria existir, mas apenas o podia à custa do governo.

No dealbar do «Portugal em transe» (Ferreira 2001) que surge após o golpe de Estado do 25 de abril 1974, o abalo afetou a adormecida Academia Portuguesa da História. O Boletim de 1974 atesta a brutal alteração política portuguesa: os dois presidentes de honra, o Presidente da República e o Presidente do Conselho, que sempre estiveram presentes nas primeiras páginas dos boletins, foram retirados. Reparámos essas mudanças também nos relatórios da vida da instituição. As atas da sessão de 21 de março de 1964 do Conselho Académico preveem estar presente

nas comemorações, mais uma, do quarto centenário da fundação de Luanda a convite do Governo-Geral de Angola e do Engenheiro Fernando Santos e Castro. Muda-se de registro depois do 25 de abril de 1974. Assim, a Assembleia Geral ordinária de 25 de outubro de 1974 denota uma reviravolta surpreendente, com adesão clara ao novo regime:

Em 25 de Abril do ano corrente, faz hoje seis meses, voltou-se definitivamente uma página da nossa história e, assim, ao passo que os meses vão decorrendo, se vai sentido avançar e crescer a convicção de que se trata de evento de excepcional relevo. O 25 de Abril de 1974 marca, pois, uma nova época na cronologia da história nacional, tanto sob o aspecto metropolitano, como ultramarino. Vivamos, portanto, com dignidade e serenidade a hora que passa, correspondendo aos apelos que a nossa história nos continua a lançar de lá dos séculos finados, a fim de a continuarmos a servir. Ao iniciar-se este novo Ano Académico, saudemos respeitosamente Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, Senhor Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho, a cujo departamento a Academia Portuguesa da História se acha intimamente ligada.

Assim, em escassos meses, passámos de um projeto de celebração imperial com aparente grande entusiasmo a uma adesão à nova situação política. Outra vez, podemos reparar que a Academia confirma a sua obediência ao poder, destacando a sua ligação com o novo Ministro da Educação e Cultura, o historiador Vitorino Magalhães Godinho. Criada pelo poder ditatorial e existente graças a ele, a Academia Portuguesa da História só podia aceitar a nova situação política para evitar o seu desaparecimento. Essa estratégia de aceitação sem aparentes hesitações, sincera ou oportunista nessa altura, perenizou até hoje a sua sobrevivência.

A República decidiu então salvaguardar a Academia. Ela conseguiu estabilizar-se no Palácio dos Lilases, mas depois de ocupar o palácio inteiro, partilha agora uma parte com a Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa. Apesar deste encolhimento, a Academia ainda parece ter energia para resistir. Curiosamente para uma instituição focada na história, a sua história ainda está por fazer. Até na sua página oficial, a pouca informação dada sobre a história desta instituição na categoria «instituição» contrasta quando olhamos para o website da *Real Academia de la Historia* espanhola, cuja secção «*historia*» contém bastante informação. Tempos de lavar este pousio advirão?

Fontes:

- Boletins da Academia Portuguesa da História* (anos 1937-1974).
Pimenta, Alfredo (1948). *Para a História da Academia Portuguesa da História*.
Porto: Imprensa Portuguesa.
<https://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/wp/academia/instituicao/> consultado dia 7 de julho 2020.
<https://www.rah.es/resumen-historico/> consultado dia 7 de julho 2020.
<https://academiabelasartes.pt/academia/> consultado dia 7 de julho 2020.
<http://www.acad-ciencias.pt/> consultado dia 8 de julho 2020.

Bibliografia:

- Bloch, Marc (1949). *Apologie pour l'histoire ou Métier de l'historien*. Paris: Armand Colin.
- Bourdieu, Pierre (1966). "Champ intellectuel et projet créateur", *Les Temps modernes*, nº 246 (Novembro), 1966, 865-906.
- Carrère d'Encausse, Hélène (2011). *Des siècles d'immortalité: l'Académie française, 1635-....* Paris: Fayard.
- Dirkx, Paul (s.d.). "Champ", in Anthony Glinoe, Denis Saint-Amand (org.), *Le lexique socius*, URL: <http://ressources-socius.info/index.php/lexique/21-lexique/37-champ> (consultado dia 7 de julho de 2020).
- Ferreira, José Medeiros (2001). "Portugal em transe (1974-1985)", in José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Volume VIII. Lisboa: Editorial Estampa.
- Knabe, Peter Eckhard (2000). "L'histoire du mot académie", in Daniel-Odon Hurel, Gérard Laudin (org.), *Académies et sociétés savantes en Europe (1650- 1800)*. Paris: H. Champion, 23-34.
- Lopes, Quintino Manuel Junqueira (2018). *A Europeização de Portugal entre guerras, A Junta de Educação Nacional e investigação científica em Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Matos, Sérgio Campos, Ó, Jorge Ramos do (2013). *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX, Volume I e II*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Mendonça, Manuela (s.d.). "Academia Portuguesa da História, I", *Dicionário de Historiadores Portugueses* <http://dichp.bnportugal.pt/>

- instituicoes/instituicoes_academia_historia.htm (consultado dia 6 de julho de 2020).
- Michaux, Gérard (2007). “Naissance et développement des académies en France aux XVII^e et XVIII^e siècles”, *Mémoires de l’Académie Nationale de Metz*. Metz: Académie Nationale de Metz, 73-86.
- Rêgo, António da Silva (s.d.). “Academia Portuguesa da História, II”, *Dicionário de Historiadores Portugueses*, http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_academia_historiaii.htm (consultado dia 6 de julho de 2020).
- Ribeiro, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa.
- Rodrigues, Luís Nuno (2001). “A ‘Solidão’ na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos”, in Fernando Martins (org.), *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Évora: Publicações do Cidehus.
- Rosas, Fernando (2020). *L’art de durer. Le Fascisme au Portugal*. Paris: les Éditions sociales.
- Salazar, António de Oliveira, Pimenta, Alfredo, Cruz, Manuel Braga da (pref.) (2008). *Salazar e Alfredo Pimenta, Correspondência 1931-1950*. Lisboa: Verbo.
- Torgal, Luís Reis (1999). *A Universidade e o Estado Novo, O caso de Coimbra*. Coimbra: Minerva.
- « – » (1996). “A ‘restauração’ da Academia da História”, in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 250-257.